



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 740469
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Minas
Apensos: Recurso Ordinário n. 980539 e Pedido de Rescisão n. 986631

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Minas, com objetivo de apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar danos relativos ao acidente com a ambulância Fiat Ducato, placa HMG-4427, de propriedade do referido município, e o veículo Gol, placa DAQ-9763, de São Paulo, de propriedade do Sr. João César de Paula.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Primeira Câmara de 16/06/2015 (f. 200/201 v.), os conselheiros julgaram irregulares as contas e determinaram a restituição ao erário municipal de R\$ 8.836,00 (oito mil oitocentos e trinta e seis reais) pelo Sr. José Nicomedes Teixeira, servidor municipal à época.

Interposto o Recurso Ordinário n. 980539, não foi conhecido, pois intempestivo. Interposto Pedido de Rescisão n. 986631, não foi admitido (fl. 219/220 v.)

A decisão de 16/06/2015 transitou em julgado em 11/12/2015, conforme certificado à f. 211.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foi emitida a Certidão de Débito n. 621/2016 (f. 216/217), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 740469R692, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2017.

Mônica Fonseca Almeida Santos
Diretora da Secretaria do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 04/2016, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 27/09/2016